

PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO, PÓS-DEMOCRACIA E REFORMA TRABALHISTA: IMPACTOS E PERSPECTIVAS¹

Daniel Silva Caires² e Maria Soledade Soares Cruzes³

RESUMO

O Direito do Trabalho sofreu profundas alterações a partir do ano de 2017, caracterizadas pela flexibilização e precarização de direitos laborais, instrumentalizadas legalmente pela Reforma Trabalhista. Criticada pela doutrina justrabalhista majoritária, a supracitada reforma logrou ser aprovada devido à habilidade política do governo Temer (2016-2018), apto a utilizar o sistema de governo *sui generis* brasileiro, denominado como presidencialismo de coalizão, para a melhor consecução dos seus fins e orientado pela racionalidade neoliberal, conceito que possui relação simbiótica com o de pós-democracia. Este último denuncia a subversão do regime democrático pelo capital e pelos interesses econômicos das classes dominantes, que estariam verdadeiramente exercendo o poder político. Nesse sentido, a Reforma Trabalhista seria uma das facetas desse *status quo*, de modo a mitigar direitos para atender às aspirações do neoliberalismo. Entretanto, existem expectativas relacionadas à uma contrarreforma ou pelo menos revisão legislativa, levando em consideração a nova ascensão da esquerda ao Poder Executivo. Ao analisar tais perspectivas como objetivo principal da pesquisa, mediante uma metodologia bibliográfica e qualitativa, chega-se à conclusão de que as probabilidades de reversão da Reforma Trabalhista com a atual configuração do Poder Legislativo, são remotas, e que para que esta ocorra, faz-se mister a conjunção entre a habilidade política do governo Lula III em lidar com o presidencialismo de coalizão e uma alteração da composição do Congresso Nacional, possibilitada nas próximas eleições gerais em 2026.

PALAVRAS-CHAVE: Coalizão, neoliberalismo, pós-democracia, presidencialismo, trabalho.

COALITION PRESIDENTIALISM, POST-DEMOCRACY AND LABOR REFORM: IMPACTS AND PERSPECTIVES

ABSTRACT

Labor law has undergone profound changes since 2017, characterized by the flexibilization and precarization of labor rights, legally instrumentalized by the Labor Reform. Criticized by the majority of legal labor doctrine, the aforementioned reform was approved due to the political skill of the Temer government (2016-2018), which was able to use Brazil's *sui generis* system of government, known as coalition presidentialism, to better achieve its ends and guided by neoliberal rationality, a concept that has a symbiotic relationship with post-democracy. The latter denounces the subversion of the democratic regime by capital and the economic interests of the ruling classes, who would truly be exercising political power. In this sense, the Labor Reform would be one of the facets of this status quo, in order to mitigate rights to meet the aspirations of neoliberalism. However, there are expectations of a counter-reform or at least legislative revision, taking into account the new rise of the left to the executive branch. By analyzing

¹ UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)

² Graduando, Estrada do Bem Querer, 3293-3391 - Candeias, Vitória da Conquista - BA

³ Professora Adjunta, Estrada do Bem Querer, 3293-3391 - Candeias, Vitória da Conquista - BA

these perspectives as the main objective of the research, using a bibliographic and qualitative methodology, we come to the conclusion that the chances of reversing the Labor Reform, with the current configuration of the Legislative Branch, are remote, and that for this to happen, a combination of the political skill of the Lula III government in dealing with coalition presidentialism and a change in the composition of the National Congress, made possible by the next general elections in 2026, is necessary.

KEYWORDS: Coalition, neoliberalism, post-democracy, presidentialism, work.

INTRODUÇÃO

O Direito do Trabalho, ramo regulador das relações laborais, como a de emprego e as associações coletivas, restou sensivelmente modificado pela Lei nº 13.467/2017, conhecida como Reforma Trabalhista e geradora de impactos políticos, jurídicos e socioeconômicos. Socioeconomicamente, a reforma aumentou o desequilíbrio entre empregadores e empregados, flexibilizando ou precarizando direitos laborais. Salienta-se a dissonância desta com a doutrina justrabalhista majoritária, que a julga como um retrocesso social.

Para aprovar uma legislação assim controversa, houve a necessidade do governo Temer (2016-2018) demandar grave esforço político, considerando o sisma de governo *sui generis* brasileiro, denominado pelo politólogo Sérgio Abranches (1988, p.21-22) como presidencialismo de coalizão e caracterizado por possuir o pacto de vontades e interesses entre os Poderes Executivo e Legislativo como condição de governabilidade.

Além do mais, o processo reformatório também foi favorecido pela configuração típica do Congresso Nacional, usualmente composto por partidos fisiologistas (“Centrão”), os quais mormente apoiam a agenda política governamental, sem olvidar a influência da racionalidade neoliberal e do *status* pós-democrático, proeminentes no âmbito sociopolítico contemporâneo.

Todavia, este trabalho busca realizar uma análise de perspectivas, ainda que aparentemente remotas, de uma contrarreforma trabalhista, a qual revise ou revogue a Lei nº 13.467, mitigando a perda de direitos laborais. Nesse sentido, há expectativas com o governo Lula III, eleito no final de 2022 e representativo do retorno da esquerda ao cargo presidencial, e cujo programa político (FE Brasil) apresenta um projeto de contrarreforma.

MATERIAIS E MÉTODOS

O material utilizado consiste em bibliografia, subdividida em doutrina juslaboralista, a exemplo de Delgado (2018), literatura sociológica ou política, tal qual

Abranches (1988 e 2018), Casara (2020), Crouch (2017) e Dardot e Laval (2016), em consonância com o tipo de pesquisa desenvolvida neste trabalho, relatada abaixo na descrição metodológica, e análise de dados governamentais, textos legislativos, projetos de lei e estudo de casos julgados, inclusive sob a perspectiva de estudo do direito comparado.

A metodologia empregada é a pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa e exploratória, tendo em vista a natureza essencialmente teórica do objeto da pesquisa, a qual busca a resposta para o seguinte problema: “Considerando o sistema de governo denominado como presidencialismo de coalizão, o contexto pós-democrático e na medida em que se adote uma perspectiva crítica aos efeitos da Lei Nº 13.467/2017, qual é o prognóstico revelado por uma análise prospectiva da Reforma Trabalhista”, considerando as hipóteses de reversão ou manutenção do *status quo* pós-Reforma, sendo a elucidação destas o objetivo principal do trabalho. Entre os objetivos específicos, se inserem a análise de como a tese da pós-democracia justifica a realização da Reforma e a perquirição sobre o binômio necessidade-viabilidade do uso do presidencialismo de coalizão para a contrarreforma, levando em conta as composições atual e histórica do Poder Legislativo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Faz-se mister, antes de tudo, expor o conceito de presidencialismo de coalizão. Segundo Abranches, este se caracteriza pela combinação entre o regime presidencialista, o multipartidarismo e a organização executiva com base em grandes coalizões, divergindo do presidencialismo clássico na medida em que, ao contrário deste, possui o poder do gabinete executivo mitigado pelo controle e influência parlamentar (1988, p.21-22). Salieta-se que o governo Temer aprovou a Reforma Trabalhista auxiliado por uma “coalizão de rescaldo”, oriunda dos frutos políticos da deposição de Rousseff e comprometida com a aplicação de uma política econômica neoliberal (Abranches, 2018, p.330).

Em relação a este último ponto, insere-se a tese da pós-democracia aventada por Crouch, que leciona a respeito do enfraquecimento da democracia em nome dos interesses do capital (2017, p.4). Aplicada ao cenário brasileiro por Casara, o qual considera a mitigação de direitos, a exemplo dos trabalhistas, como uma das facetas do controle social pós-democrático, denominado como “gestão dos indesejáveis” (2020, p.190), esta se relaciona com a “racionalidade neoliberal”, expressão criada por Dardot e Laval para designar o sistema econômico-ideológico onde o mais importante sujeito social é a empresa (2016, p.16-17)

Posto isso, a discussão se volta para a possibilidade de revisão ou revogação da Reforma Trabalhista, tendo em vista experiências contrarreformistas como a espanhola e o programa de governo apresentado pela federação partidária pela qual Lula se elegeu para um terceiro mandato (FE Brasil, 2022, p.7). Sendo assim, o eixo central da pesquisa vem à tona, orientando-se pelo questionamento a respeito da viabilidade do cumprimento dessa proposta.

CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES

Tendo em vista o levantamento bibliográfico e os pontos destacados ao longo do trabalho, conclui-se que, no contexto apresentado, a habilidade política do governo Temer foi a chave-mestra da aprovação da Reforma Trabalhista, sem embargo das demais condições favoráveis, como o *status* pós-democrático e o Legislativo eivado pela racionalidade neoliberal, os quais trazem em seu bojo uma desregulamentação do Estado de bem-estar social (Delgado, 2018, p.113), pontuada por Casara como um dos maiores reflexos da pós-democracia no Brasil (2020, p.190).

Em relação a um processo revogatório da referida Reforma Legislativa no sistema de governo do presidencialismo de coalizão, no qual vige, apesar de mitigada pelo controle parlamentar, a agenda política pautada pelo chefe do Executivo, nota-se que este, desde que apto a governar em conjunto com as coalizões parlamentares, dotado de habilidades de conciliação político-partidária e orientado por uma perspectiva voltada ao social, poderia viabilizar, se as circunstâncias fáticas específicas a esse fim estiverem presentes, a modificação do *status quo* imposto pela Reforma ou ao menos em uma mitigação dos efeitos da desregulamentação.

Contudo, o atual cenário político não é favorável ao supracitado processo, tendo em vista as dificuldades do atual governo em lidar com um Congresso de maioria neoliberal. A título de exemplo, o projeto de lei do início de 2024, o qual visa regulamentar a profissão de motorista por aplicativos, sequer foi levado à votação, devido às previsões de rejeição do texto. Nesse sentido, infere-se que o caminho mais viável para uma contrarreforma perpassa pela eleição de uma nova bancada parlamentar nas eleições gerais em 2026, que diste do perfil da atual, alinhada à racionalidade neoliberal.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. **Presidencialismo de coalizão**: o dilema institucional brasileiro. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. v. 31, n. 1, 1988. Disponível em: : <https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/01/74783229-presidencialismo-de-coalizacao-sergio-abranches.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024, p. 05-34.

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. **Presidencialismo de coalizão**: raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 12/2024**. Dispõe sobre a relação de trabalho intermediado por empresas operadoras de aplicativos de transporte remunerado privado individual de passageiros em veículos automotores de quatro rodas e estabelece mecanismos de inclusão previdenciária e outros direitos para melhoria das condições de trabalho. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2419243&fichaAmigavel=nao#:~:text=PLP%2012%2F2024&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20rela%C3%A7%C3%A3o%20de,melhoria%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalho>.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho: aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

CASARA, Rubens R. R. **Estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. 6 ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020

CROUCH, Colin. **Post-democracy**. Reino Unido: Polity, 2017.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. Imprensa: São Paulo, LTr, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016

FE BRASIL. **Federação Brasil da Esperança**: programa. Disponível em: <https://pcdob.org.br/wp-content/uploads/2022/04/PROGRAMA-DA-FEDERACAO-BRASIL-DA-ESPERANCA-registrado-em-18-de-abril-de-2022.pdf> . Acesso em: 18 jul. 2024, p. 01-16